

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**

**MENSAGEM Nº 971, DE 2001.**

*Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Protocolo ao Convênio para a Cooperação no Quadro da Conferência Ibero-Americana para a constituição da Secretaria de Cooperação Ibero-Americana, feito e assinado em 15 de novembro de 1999, por ocasião da IX Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Havana, Cuba.*

**Autor:** Poder Executivo.

**Relator:** Deputado Marcelo Barbieri.

**I – RELATÓRIO:**

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 971, de 2001, acompanhada de exposição de motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Protocolo ao Convênio para a Cooperação no Quadro da Conferência Ibero-Americana para a constituição da Secretaria de Cooperação Ibero-Americana, feito e assinado em 15 de novembro de 1999, por ocasião da IX Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Havana, Cuba.

O protocolo em apreço foi firmado de forma a facilitar a viabilização de programas engendrados pelo convênio para a cooperação, celebrado no quadro da Conferência Ibero-Americana, o assim denominado Convênio de Bariloche. O objetivo do protocolo é a constituição de um organismo permanente, a Secretaria de

## **COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**

Cooperação Ibero-Americana, ou SECIB. Anexo ao protocolo, é submetido também, à apreciação do legislativo, o estatuto social da secretaria epigrafada, o qual disciplina suas funções, sua estrutura orgânica, as atribuições do secretário de cooperação ibero-americana e o orçamento da SECIB.

### **II – VOTO DO RELATOR:**

O convênio para a cooperação, celebrado no âmbito da Conferência Ibero-Americana, em São Carlos de Bariloche, em 15 de outubro de 1995, constitui-se em um marco institucional destinado a regulamentar as relações entre seus membros de sorte a incrementar a participação dos cidadãos na constituição de um espaço ibero-americano e a fortalecer o diálogo e a solidariedade recíprocos. Para tanto, o Convênio de Bariloche deflagrou o funcionamento de diversos programas de cooperação e a constituição de redes de colaboração entre instituições dos Estados Ibero-Americanos.

A Conferência Ibero-Americana, como sua própria denominação anuncia, é uma conferência internacional e, portanto, possui a natureza desse tipo de reunião. As conferências internacionais constituem-se em encontros de países para tratar de determinados temas, que pode repetir-se com certa periodicidade e em locais distintos. É o caso da Conferência Ibero-Americana. Diferentemente das organizações internacionais, as conferências internacionais não possuem sede ou estrutura permanente.

Dessa forma, tendo em vista que os objetivos, as funções, as competências e planos de ação que a Conferência Ibero-Americana atribuiu a si própria adquiriram caráter perene, surgiu assim a necessidade de se estabelecer um órgão permanente, de referência, com competências específicas, que funcionasse como uma estrutura institucional, voltada para a organização e o funcionamento das sucessivas conferências ibero-americanas e dos planos e programas nelas lançados.

O protocolo que ora consideramos destaca em seu preâmbulo (parágrafo terceiro) que a importância das atividades de cooperação ligadas à Conferência Ibero-Americana e a necessidade de difundir essa valiosa experiência

## **COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**

entre os cidadãos e as instituições dos países são o fundamento que tornou necessária e pertinente a criação de um organismo executivo de caráter permanente, capaz de contribuir com os objetivos do Convênio de Bariloche.

Nesse contexto, o artigo 1º do protocolo estabelece a criação da Secretaria de Cooperação Ibero-Americana – SECIB, como organismo internacional, dotado de personalidade jurídica própria e capacidade de celebrar atos e contratos de qualquer natureza, necessários ao cumprimento de seus objetivos e de intervir em qualquer ação judicial e administrativa em defesa de seus interesses.

Os objetivos da SECIB serão a consolidação da Comunidade Ibero-Americana de Nações e o desenvolvimento de ações visando o fortalecimento das características específicas ibero-americanas, as quais serão articuladas em torno da difusão de línguas e culturas comuns, da interação das sociedades, do aprofundamento do conhecimento mútuo e do fortalecimento das instituições.

O artigo 3º do protocolo regulamenta as funções da SECIB. Segundo ele, a SECIB é criada no âmbito do Convênio de Bariloche e funcionará como organismo de apoio aos “responsáveis da cooperação”, no exercício das funções estabelecidas pelo convênio.

O artigo 4º trata da sede e dos estatutos da SECIB. A escolha do local da sede foi postergada, nos termos do item 2 do artigo 4º, e será escolhida oportunamente, pelos chefes de Estado e de governo, devendo porém localizar-se em uma das capitais dos Estados membros da Conferência Ibero-Americana. Quanto aos estatutos da SECIB, esses compõem o anexo ao protocolo. Esses estatutos contém o detalhamento das funções da SECIB, sua estrutura orgânica, as atribuições do cargo de Secretário de Cooperação Ibero-Americana e o orçamento da SECIB.

Assim, sendo esses os aspectos relevantes do protocolo, e do seu anexo, que criam e regulamentam a Secretaria de Cooperação Ibero-Americana somente nos cabe augurar que essa efetivamente logre cumprir seus objetivos de incrementar e viabilizar o avanço e a implementação dos programas de cooperação explicitados no âmbito da Conferência Ibero-Americana e do Convênio de Bariloche,

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**

contribuindo de forma decisiva para a aproximação entres os povos ibero-americanos, para a valorização de seus elementos culturais, para a preservação de sua identidade comum e para estimular o seu mútuo conhecimento e entendimento.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do texto do Protocolo ao Convênio para a Cooperação no Quadro da Conferência Ibero-Americana para a constituição da Secretaria de Cooperação Ibero-Americana, feito e assinado em 15 de novembro de 1999, por ocasião da IX Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Havana, Cuba, nos termos do projeto de decreto legislativo que anexo apresentamos.

Sala da Comissão, em        de        de 2001.

**Deputado Marcelo Barbieri**  
**Relator**

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº     , DE 2001.**

(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

*Aprova o texto do Protocolo ao Convênio para a Cooperação no Quadro da Conferência Ibero-Americana para a constituição da Secretaria de Cooperação Ibero-Americana, feito e assinado em 15 de novembro de 1999, por ocasião da IX Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Havana, Cuba.*

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** Fica aprovado o texto do Protocolo ao Convênio para a Cooperação no Quadro da Conferência Ibero-Americana para a constituição da Secretaria de Cooperação Ibero-Americana, feito e assinado em 15 de novembro de 1999, por ocasião da IX Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Havana, Cuba.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à consideração do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido protocolo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do artigo 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

**Art. 2º** Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em     de     de 2001.

**Deputado Marcelo Barbieri**  
**Relator**